



O ESTÁGIO CURRICULAR COMO MEDIADOR DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: relatos de experiências.

Giulliana Kelly MeloVieira Cordolino¹

Cibelle de Jesus Gomes Vieira²

Danielle Priscilla Dos Santos³

RESUMO

O presente trabalho descreve a experiência de estágio curricular obrigatório, consubstanciado em uma escola municipal de Maceió – Alagoas. O ponto de partida foi a compreensão da importância da unidade entre a teoria e a prática como elementos imanescentes da formação docente. Tendo em vista a realidade contextual da escola, a abordagem teve como foco a inclusão de estudantes atípicos, tendo em vista a dificuldade dos professores, pais, gestores e demais funcionários lidarem com essa diversidade. A metodologia utilizada possui caráter qualitativo com realce nas ações desenvolvidas. Além de destacar a importância do estágio para além de uma obrigação curricular, versa a perspectiva da compreensão das diferenças e a criação de redes de apoio nos processos educativos. em entrevistas, visitas observacionais, escuta de pais e responsáveis de alunos, roda de conversa com gestão escolar e processos de levantamento bibliográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Estágio Curricular – Inclusão – Aluno Atípico.

1 Introdução

O estágio supervisionado caracteriza-se como um componente curricular obrigatório dos cursos de licenciaturas, o qual possibilita uma aproximação dos licenciandos à realidade na qual atuarão. Nesse sentido, a articulação entre a unidade teoria e prática corresponde como elemento imanente da formação docente, buscando garantir uma formação qualitativa e significativa através dos conhecimentos adquiridos em sala de aula e que se ampliam na construção prática, emergindo uma fase de desenvolvimento acadêmico, pessoal e profissional.

O presente trabalho tem como objetivo relatar as experiências vivenciadas no campo de estágio, tendo como foco a educação inclusiva numa escola pública municipal do município de Maceió, Alagoas. O estágio supervisionado em gestão educacional corresponde

¹ Graduada em Fisioterapia, Especialista em Gestão em Saúde Pública e Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) giulliana.fisioterapia@hotmail.com

² Graduada em Pedagogia – Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) ci.bellevieira@hotmail.com

³ Graduada em Pedagogia – Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) danyptosam@hotmail.com



ao curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas. Desse modo, o projeto de intervenção elaborado na escola campo de estágio voltou-se para a discussão da educação inclusiva na perspectiva de fazer uma reflexão acerca da importância da inserção das crianças com deficiência na escola, bem como perceber os desafios vivenciados pelos profissionais da escola no atendimento dessas crianças.

De acordo com Santos e Almeida (2017), tanto a Declaração de Salamanca quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96), estabelecem a oferta de uma educação de qualidade para o aluno deficiente, mesmo na escola regular. No entanto, percebe-se no cotidiano escolar, que raramente essa acessibilidade se efetiva, seja por questões estruturais, burocráticas, financeiras, pedagógicas, ou até mesmo pela aversão às diferenças e debilidades da formação docente.

Tendo em vista essa realidade, a proposta advinda das vivências no estágio, dos depoimentos colhidos pela gestão e pela psicopedagoga da instituição sentiu-se a necessidade de desenvolver um projeto voltado para esta temática, uma vez que é tão abordada, porém pouco exercida, e de difícil concepção tanto para os pais, os professores, os gestores e os demais profissionais da educação, conforme apresenta

A metodologia utilizada possui caráter qualitativo com ênfase no trabalho de intervenção, através da escuta das demandas da escola. Foram realizadas observações, entrevistas, rodas de conversa e palestras com a gestão escolar, os pais e os responsáveis dos estudantes. Na etapa inicial do projeto de intervenção foi desenvolvida uma palestra sobre a inclusão. Na segunda etapa foi realizada uma oficina com materiais reciclados, para confecção de recursos para o fazer pedagógico com benefícios a curto, médio e longo prazo.

A temática da educação inclusiva torna-se relevante para os pais, os professores, os profissionais, os gestores e os alunos, uma vez que possibilita a comunidade escolar na busca de atividades práticas que contribuam no desenvolvimento dos alunos com deficiência, e o enfrentamento do preconceito em consonância com a sociedade.

2 Educação inclusiva: aportes teóricos e legais

A educação inclusiva é uma temática recorrente nos estudos acadêmicos, pois trata-se de uma necessidade da sociedade, sobretudo, da escola, uma vez que estas recebem alunos portadores de deficiência e exige-se desta instituição o atendimento desses cidadãos, como um



direito assegurado nos documentos legais. Nesse sentido, faz-se necessário apresentar a concepção de educação inclusiva:

A educação inclusiva tem sido caracterizada como um “novo paradigma”, que se constitui pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige ruptura com o instituído na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino (Prieto, 2006, p. 40).

De acordo com a autora, a educação inclusiva perpassa pela dimensão social, uma vez que está relacionada à diversidade fazendo com que todas as pessoas sejam atendidas de modo igualitário nos ambientes educativos, respeitando suas especificidades e características pessoais. Esta prática possibilita um rompimento de concepções contraditórias à educação inclusiva, pois o atendimento especializado necessita de um olhar atento, reflexivo e “implica atentar para mudanças no âmbito dos sistemas de ensino, das unidades escolares, da prática de cada profissional da educação em suas diferentes dimensões e respeitando suas particularidades (PRIETO, 2006, p. 42).

Segundo Jesus e Effgen (2012), escolarizar estudantes com deficiência, transtornos globais e altas habilidades tem desafiado as arenas da educação, provocando o movimento de pensar novas lógicas de ensino. Nessa perspectiva, a elaboração, a implantação e a implementação de políticas públicas de educação inclusiva são fatores determinantes no atendimento de pessoas com deficiência, visando a formação dos profissionais da educação.

O atendimento a pessoas com necessidades especiais e/ou pessoas com deficiência é um direito garantido na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), e na LDB (1996), uma vez que estabelecem que o atendimento educacional e a educação especial devem ser ofertados “preferencialmente na rede regular de ensino” (art. 208, inc. III e art. 58, respectivamente). No entanto, destaca-se que não basta ofertar o atendimento a pessoas com deficiência, ou seja, a matrícula na rede regular de ensino não é uma garantia de um atendimento educacional de boa qualidade. Assim, faz-se necessário uma análise das condições objetivas e subjetivas no cenário educacional.

Além de questões pertinentes à prática pedagógica, existem questões burocráticas que atravessam o contexto de luta pela educação inclusiva. No que se refere à gestão escolar, esta não trabalha sozinha, mas depende de outras instâncias superiores e até mesmo dos demais profissionais que atuam concomitantemente com ela na tentativa de efetivar uma educação de boa qualidade e garantir o atendimento das crianças com deficiências matriculadas na escola.



No contexto da escola campo de estágio, verificou-se, através da entrevista realizada com a gestão da escola que, há uma resistência por parte dos professores em aceitar os alunos atípicos em sala de aula, uma vez que não sabem como lidar com este público. Esta é uma situação recorrente nas escolas, tendo em vista a ausência de uma formação específica na área. Assim, cabe à Secretaria Municipal de Educação, bem como à gestão da escola promover momentos de formação continuada para os profissionais da educação visando contribuir no atendimento às necessidades dos alunos. Para Glat e Nogueira (2002, p. 27):

As políticas públicas para a inclusão devem ser concretizadas na forma de capacitação e acompanhamento contínuo, que orientem o trabalho docente na perspectiva da diminuição gradativa da exclusão escolar, o que visa a beneficiar não apenas os alunos com necessidades especiais, mas, de uma forma geral, a educação escolar como um todo.

Segundo a psicopedagoga da escola há demasia em vicissitudes por serem superadas, como a dependência da Secretaria Municipal de Educação para disponibilizar acompanhantes para as crianças atípicas. Atualmente, a escola conta apenas com 9 estagiários que acompanham os alunos deficientes nas realizações das atividades e enfrenta dificuldades na obtenção de retorno dos ofícios solicitando mais auxiliares, o que faz com que alguns pais acompanhem seus filhos nas aulas.

A psicopedagoga informou ainda a dificuldade enfrentada pelos pais em dar continuidade nas atividades e na aprendizagem dos alunos que são realizadas na escola, se estendendo para o ambiente familiar. De acordo com Montoan (2007, p.45) “a inclusão é um desafio, que ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria na qualidade da educação básica”.

2.1 A importância do estágio curricular

Tendo em vista a perspectiva de Schruber e Cordeiro (2010), com base epistêmica no materialismo histórico-dialético, o homem, como sujeito operante, constrói seu meio ao mesmo tempo em que é transformado por ele. O estágio curricular é uma oportunidade para vivenciar novos contextos e descobertas, iniciando o processo no caminho do fazer docente, uma vez que o estágio contribui, inclusive, para o autoconhecimento e para a confirmação do caminho escolhido (PIMENTA; LIMA, 2012).



Através do estágio curricular somos impactados pelo contato direto com o ambiente escolar, que propulsiona desenvolvimento significativo na formação acadêmica e social, entremeadas por diferentes subjetivações e objetivações produzidas. Segundo Pimenta e Lima (2012), a aquisição da prática é obtida por meio da observação, proporcionando a construção da identidade profissional docente, através de sua bagagem histórica, cultural e social. Para Bernardy e Paz (2012, p. 3):

O Estágio Supervisionado é muito importante para a aquisição da prática profissional, pois durante esse período o aluno pode colocar em prática todo o conhecimento teórico que adquiriu durante a graduação. Além disso, o estudante aprende a resolver problemas e passa a entender a grande importância que tem o educador na formação pessoal e profissional de seus alunos.

Na visão de Oliveira e Cunha (2006), o estágio é um sítio conversacional de revisão do fazer pedagógico, sendo também responsável por descortinar a realidade do sistema educacional para o aluno, fazendo-o circular não apenas pelas universidades, mas pelas escolas e Secretarias de Educação, ampliando sua área de conhecimento, com o objetivo de otimizar não somente a formação profissional intencionada pelo graduando, mas, coadjuvando com a consciência política e social, tão imprescindível para sua inserção no âmbito do trabalho.

3 Intervenção inclusiva escolar: uma experiência de ação mediadora no estágio curricular

A escola municipal de ensino infantil, lócus do estágio, possui um total de 520 alunos, onde 26 são diagnosticados com algum tipo de deficiência. Dentre elas, surdez, hidrocefalia, autismo etc. Por vezes, esses alunos ficam desassistidos e chegam a permanecer em suas casas por falta de auxílio. Tendo em vista essa realidade, a proposta advinda das vivências no estágio, dos depoimentos colhidos da direção atual da escola e da própria orientação de estágio, nos levou para o âmbito da inclusão. Temática tão discutida, porém, pouco praticada, e de difícil acesso no quesito concretude, tanto para pais, professores e gestores quanto para alunos e demais profissionais da educação.

A prática interventora realizada no campo de estágio foi dividida em dois dias.

Primeiro dia de intervenção

No primeiro dia, a intervenção foi realizada com os responsáveis dos alunos e com a gestão, com o objetivo de discutir a importância da inclusão na escola regular, visto que, durante a entrevista com a gestão nos foi expressado que há muita resistência por parte dos



pais e responsáveis, e, em alguns momentos, por parte dos próprios professores em incluir o estudante deficiente no ambiente escolar.

Iniciamos com a leitura de uma carta que falava sobre a falta de aceitação dos pais em ter um (a) filho (a) com deficiência, mas que ao final mostrava a importância e as consequências boas de ter um filho ou uma criança atípica. Após a leitura da carta, foi realizada uma dinâmica, em que os responsáveis encheriam uma bexiga simbolizando a criança pela qual é responsável, e não poderiam deixá-la cair no chão, tendo que impulsionar a bexiga para o alto. Ao longo da dinâmica, a gestão, o professor orientador e as alunas que estavam fazendo parte da intervenção saíam deixando a bexiga na roda em que os responsáveis estavam fazendo com que eles impulsionassem as suas bexigas e as dos participantes que não estavam mais na roda. A dinâmica teve como objetivo orientar os pais que o trabalho a ser realizado na escola de intervenção é importante, mas que também é necessário que os mesmos deem continuidade em casa e que acreditem no trabalho da escola, pois, a inclusão, e a efetividade do desenvolvimento da criança acontecem em rede, não ficando só na responsabilidade dos pais ou dos profissionais da educação, fazendo assim referência a como foi difícil para eles não deixarem as bexigas caírem no chão quando tinham que se preocupar com a sua e a dos demais que tinham saído da dinâmica.

Outra atividade interativa, foi falar sobre a importância da inclusão, citando exemplos reais vivenciados com alunos atípicos em outros estágios. Alguns pais, mães e responsáveis interagiram com bastante ênfase sobre o tema inclusão, reagindo de forma positiva ao momento proposto para eles (as).

Houve a exposição de um vídeo de uma criança com síndrome de Down e sua interação com os colegas no âmbito escolar, mostrando a importância do convívio, com benefícios para crianças típicas e atípicas.

Na finalização da atividade, realizamos um lanche coletivo com os participantes, visto que, havíamos divulgado com a intencionalidade de chamar a atenção dos pais para este primeiro dia de intervenção.

Segundo dia de intervenção

O segundo momento de intervenção foi realizado nas dependências da Escola Municipal, lócus do estágio. O planejamento necessitou de algumas mudanças, adaptadas ao funcionamento da escola. Nosso trabalho foi realizado com a psicopedagoga do turno da



manhã, com o intuito de que a profissional realizasse a partilha das atividades aprendidas conosco para os demais membros da comunidade escolar, em especial os professores.

Objetivamos levar ferramentas didáticas que pudessem facilitar a comunicação dos professores com seus alunos atípicos e algumas atividades de coordenação motora para aprimorar seus movimentos. O aparato foi produzido pela equipe, com materiais reciclados e de fácil acesso, para que também fosse viável aos professores. Os subsídios foram os seguintes: prancha vazada, prancha sensorial, pote da calma, instrumentos para o TEACCH, PEC's e painel de rotina.

Mostramos o funcionamento de cada item, os objetos que utilizamos para confecção e os benefícios que cada um poderia trazer a curto, médio e longo prazo. A psicopedagoga se propôs a transmitir o trabalho no dia da formação continuada oferecida pela escola, para professores que muitas vezes dispõe de recursos limitados para o seu fazer pedagógico com as crianças atípicas.

3 Considerações finais

O exercício da disciplina de estágio curricular é, sem dúvida, grande oportunidade para o despertar da consciência sobre a realidade educacional e o enlace entre a teoria e a prática.

Em se tratando da tônica da inclusão, os desafios são ainda maiores, pois incorpora ações que ultrapassam as condições de aprendizagem, e encaram a diversidade humana, rompendo com paradigmas sociais, preconceitos e toda uma construção cultural retrógrada que busca padronizar os sujeitos, anulando suas diferenças. Neste sentido, a escola é o ambiente propício para valorizar as singularidades e nortear novas concepções.

A experiência da disciplina de estágio curricular, voltando seu foco para a educação inclusiva, foi um período que possibilitou um desenvolvimento significativo em nossa formação acadêmica e social. Demonstrando a importância do estágio para além de uma obrigação curricular, podendo ser responsável para a irrupção do olhar sensível, para a construção de um ambiente inclusivo, para aceitação das diferenças e para o cumprimento dos processos educacionais que incluem os alunos atípicos.



REFERÊNCIAS

RPGE– **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v.21, n.3, p. 1423-1432, set./dez. 2017.

BARROS, A. M. A. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/4384529/abdizia-maria-alves-barros>>. Acesso em: 07 de Outubro de 2019.

SCHRUBER, J.; CORDEIRO, A. F. M. **Educação inclusiva: desafios do estágio Curricular supervisionado em psicologia ESCOLAR/EDUCACIONAL.** Psicologia: ensino & formação, p. 21-29, 2010.

BRANDÃO, M.T.; FERREIRA, M. **Inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na educação infantil.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 19, n.4, p.487-502, Out-Dez, 2013.

FONSECA, V. da. **Educação Especial: Programa de estimulação precoce. Uma introdução às ideias de Fuerstein.** 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BRANDÃO, M.T.; FERREIRA, M. **Inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na educação infantil.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 19, n.4, p.487-502, Out-Dez, 2013.

OLIVEIRA, E.S.G.; CUNHA, V.L. **O estágio Supervisionado na formação continuada docente à distância: desafios a vencer e Construção de novas subjetividades.** Revista de Educación a Distancia. Ano V, n. 14, 2006.

BRASIL. **Lei n. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.** Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 10 de Outubro de 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 10 de Outubro de 2019.

MIRANDA, T.G.; FILHO, T. A. G. **O professor e a educação inclusiva: formação, prática e lugares.** Salvador: EDUFBA, 2012.